

Projeto Patronato: A Atuação de um Projeto Extensionista em Regime Aberto da Comarca de Londrina (PR)

Patronage Project: The Performance of an Extensionist Project in Open Regime in Londrina County

Resumo

O presente artigo tem o intuito de apresentar as ações desenvolvidas por meio do Projeto Patronato– Londrina. O projeto é composto por uma equipe multidisciplinar de graduandos, recém-graduados e orientadores de suas respectivas áreas, a saber: Direito, Psicologia, Administração, Serviço Social e Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (PR) que atuam em um órgão de execução penal de regime aberto, denominado Patronato Penitenciário de Londrina (PLDA). A unidade é responsável pela fiscalização e acompanhamento de egressos e beneficiários com penas e medidas alternativas em meio aberto, como também na assistência e busca para que o público atendido se reconheça como cidadãos de direitos. Respalda-se em levantamentos de dados do próprio sistema da unidade, e nas vivências dos bolsistas do setor pedagógico deste projeto, apresenta-se uma análise quantitativa e qualitativa em relação ao trabalho e as ações desenvolvidas desde o ano de 2014 quando teve início esse projeto de extensão à 2018. A partir desses dados serão apresentados os resultados obtidos pelo setor da pedagogia neste espaço de tempo na comarca de Londrina.

Palavras-chave: Projeto de Extensão; Patronato Penitenciário de Londrina; Execução Penal em meio aberto; Setor pedagógico.

Ana Lucia Ferreira da Silva
Alinne Garcia Cavagnari
Daniela Simitan Claro de Oliveira
Muriel Luvison Nunes da Silva
Nayara Aparecida dos Santos Almeda

a.ferreira@uel.br

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Abstract

The present article aims presenting the actions developed through the Patronage Project - Londrina. The project is composed by a multidisciplinary team of graduated, recently graduated and advisors in their respective areas, which are: Law, Psychology, Administration, Social Service and Pedagogy in the State University of Londrina (PR), who act in a penal execution organ of open regime, denominated as Penitentiary Patronage of Londrina (PLDA). The unit is responsible for the fiscalization and attendance of graduates and beneficiaries with alternative sentences and penalties in semi-open regime, as much as the attendance and the pursuit so that the public is recognised as citizens with rights. Supported by a data collection of the own unit system; and by the life experience of the scholarshippers from the pedagogic area of this project, a quantitative and qualitative analysis is presented in relation to the work and actions developed since the year of 2014, when this extension project began, until 2018. From these data it will be presented the results obtained by the pedagogy section in this space of time in the district of Londrina.

Keywords: Extension Project; Penitentiary Patronage of Londrina; Semi-open Penal Execution; Pedagogic section.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão ora apresentado é intitulado “Projeto Patronato – Londrina” que fundamenta-se na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cuja proposta é fiscalizar, acompanhar e prestar assistências a egressos e beneficiários que se encontram na condição do regime aberto por meio de progressão, liberdade condicional e transações penais, como também autores de crimes de menor potencial ofensivo, que possuem como condicionalidade penas ou medidas alternativas, determinadas judicialmente. Os beneficiários são encaminhados por determinação das Varas de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais da Justiça comum e Justiça Federal e ainda dos Juizados Especiais Criminais da comarca de Londrina. O público atendido possui diferentes perfis, sendo: homens e mulheres, entre 18 e 87 anos, englobando todos os graus de escolaridade e de todas as classes sociais.

Este projeto iniciou suas atividades em outubro de 2014 com um quadro de 19 bolsistas o qual encontrava-se vigente no ano de 2018. Esse quadro é composto por bolsistas recém-graduados e graduandos das áreas de Administração, Direito, Pedagogia e Psicologia, sendo inserido no Edital 04/2017 para o início do ano de 2018, o setor de Serviço Social para compor a equipe multidisciplinar. Segue abaixo a formação da equipe multidisciplinar:

Administração	1 graduando (a)
Direito	2 graduandos (as) 2 recém- graduados (as)
Pedagogia	2 graduandos (as) 2 recém- graduados (as)
Psicologia	2 graduandos (as) 2 recém- graduados (as)
Serviço Social	2 graduandos (as) 2 recém- graduados (as)

Tabela 1 - Número de pessoas que compõem a equipe multidisciplinar do Projeto Patronato. Quadro elaborado pelas autoras, com base nos dados levantados no Patronato Penitenciário de Londrina.

Vale ressaltar que cada área da equipe possui um professor/orientador do Departamento das respectivas áreas, responsável por acompanhar todo o trabalho realizado pelos bolsistas, bem como cumprir com as determinações expostas em edital. Tal projeto não atribui vínculos empregatícios aos bolsistas, havendo somente um contrato que dispõe a vinculação/adesão ao projeto, recebendo uma contribuição financeira no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para recém-formados, R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais) para graduandos, para ressarcimento das despesas realizadas no desempenho das atividades.

A unidade de execução penal na qual o projeto faz parte, denominada Patronato Penitenciário de Londrina (PLDA), atua com um prédio próprio no município desde 2001, com o objetivo de alcançar e promover uma reinserção social dos atendidos na sociedade. Além da equipe multidisciplinar do projeto de extensão, a unidade dispõe de uma equipe do quadro próprio de funcionários públicos do Departamento Penitenciário (DEPEN), composta por seis agentes penitenciários com cargos técnicos, sendo um deles o atual diretor e uma pedagoga da Secretaria de Estado da Educação (SEED), totalizando 26 pessoas entre profissionais e bolsistas que atuam na busca pelo reconhecimento dos egressos e beneficiários como sujeitos de direitos.

Cada equipe desenvolve as suas ações e demandas específicas, bem como algumas atividades de rotina na qual é realizada uma escala entre os setores como, por exemplo, o atendimento na recepção, na qual os beneficiários devem se apresentar bimestralmente, comprovando trabalho e residência; e os protocolos de documentos que alimentam o Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná (PROJUDI).

No primeiro momento apresenta-se os métodos utilizados para o desenvolvimento deste artigo, bem como a relevância de se fazer um relato e análise das vivências e atuação do projeto de extensão na perspectiva quantitativa e qualitativa.

No segundo momento será descrito o Projeto de Extensão em evidência, ressaltando seus aspectos de organização e atribuições, bem como as ações desenvolvidas por cada área específicas, com foco no setor da Pedagogia e a sua atuação, execução e fiscalização da Medida Educativa.

Os resultados das análises realizadas se originam por meio de coleta de dados do sistema, que apontam a relevância do trabalho que vem sendo desenvolvido no decorrer destes 4 anos de atuação do projeto na unidade, bem como as limitações encontradas neste percurso enquanto Projeto de Extensão e assim poder concluir a sua trajetória dentro de uma unidade de execução penal da na cidade de Londrina.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa na modalidade de relato de experiência, vivenciado pelos bolsistas do Projeto de Extensão “Projeto Patronato - Londrina”, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). As atividades desenvolvidas pelo projeto, que teve início em 2014, envolvem os setores de administração, direito, pedagogia e serviço social, contando ainda com maior aprofundamento das ações da pedagogia, enfoque do presente artigo.

As atividades são desenvolvidas no Patronato Penitenciário de Londrina para os sujeitos atendidos na unidade que se encontram em cumprimento de penas no regime aberto. O Patronato Penitenciário de Londrina fica localizado na cidade de Londrina no estado do Paraná, local onde o projeto exerce suas ações e atividades, sendo o Patronato Penitenciário de Londrina o único órgão de execuções penais em meio ao regime aberto que possui sede própria no estado do Paraná.

Inicialmente, para que as atividades fossem desenvolvidas, foi necessário conhecer os egressos e beneficiários¹ que utilizam esta unidade no sentido do acompanhamento de suas penas. Para tanto foram utilizados os prontuários e sistemas da unidade, dentre eles, o SISPAT (Sistema Informatizado de Beneficiários do Patronato Penitenciário de Londrina²), bem como dados baseados na vivência dos bolsistas do projeto com os sujeitos por meio dos atendimentos diários e específicos.

Posteriormente, foi necessário basear-se em autores para nortear o trabalho na unidade. Para isso, são realizados grupos de estudos no setor da pedagogia, tomando como referência autores como: Depiere e Hauser (2015), Nogueira Junior e Marques (2013), Oliveira (2013), Martins (2012), Arroyo (2010), Viriato (2004), Palma Rogério e Neves (1997), autores que abordam questões relacionadas a ressocialização, reinserção social, questões penitenciárias, políticas públicas, terceiro setor, políticas educacionais, educação não formal, desigualdades sociais, dentre outros temas que exige dos bolsistas conhecimento no sentido de sustentar as ações desenvolvidas.

Durante as ações de extensão foi necessário identificar a necessidade dos beneficiários e de acordo com a realidade da unidade, buscar parcerias, de modo a desenvolver ações que pudessem proporcionar a inserção dos sujeitos nas políticas públicas de educação e trabalho, proporcionando o desenvolvimento de suas potencialidades e autonomia para viver em meio a sociedade, ações estas entendidas como necessárias ao suporte de egressos e beneficiários, para além do acompanhamento e fiscalização das penas, papel desempenhado pelo Patronato.

Durante as ações e atividades desenvolvidas pelos extensionistas, foram vivenciadas situações-problemas, tais como: falta de continuidade das ações dos profissionais devido a cada ano haver um novo processo seletivo, bolsistas sendo colocados como trabalhadores efetivos para exercer atividades técnicas, falta de estrutura e equipamentos para desenvolvimento das ações, além do preconceito estabelecido pela sociedade e que dificulta o momento de busca de parcerias e divulgações das ações realizadas, dentre outras dificuldades que tanto os bolsistas do projeto quanto os funcionários do Patronato enfrentam com a precarização e acúmulo de trabalho e ações executadas e na falta de visibilidade do regime aberto, tanto para o Estado quanto para a sociedade.

Com isso, o presente estudo fundamenta-se nas experiências vivenciadas pelos bolsistas do setor da pedagogia do projeto de extensão no Patronato Penitenciário de Londrina, que permanecem com as atividades e ações em desenvolvimento até este momento, com novos projetos e expectativas para o segundo semestre desse ano.

¹ Egressos é o nome designado, no Sistema Penitenciário, aos sujeitos que já cumpriram pena no regime fechado e que estão ingressando no regime aberto. Beneficiários é o nome designado aos sujeitos que cumprem pena no regime aberto, que não chegaram a ser condenados ao regime fechado e receberam o benefício de cumprir sua pena em meio ao regime aberto, com penas e medidas alternativas a prisão.

² Sistema utilizado no Patronato Penitenciário de Londrina, responsável por armazenar todos os dados dos sujeitos que passaram pelo Patronato e dos que estão em atendimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como especificado anteriormente, o Patronato Penitenciário de Londrina é composto por uma equipe multidisciplinar vinculada ao projeto de extensão e também composta por Servidores Públicos (Agentes Penitenciários) ligados ao Departamento Penitenciário do Estado do Paraná que prestam atendimentos e desenvolvem funções da área administrativa na unidade. Os graduandos e recém-graduados do projeto desenvolvem ações e atendimentos específicos de acordo com cada área de atuação, na sequência, apresenta-se de forma sintetizada as atribuições de cada setor.

O setor jurídico tem como finalidade prestar assistência jurídica aos sentenciados, exercendo acompanhamento específico no decorrer do processo dos beneficiários, bem como a elaboração de pedidos de mudança de comarca e transferência de processos; mudança de penas de acordo com a demanda e necessidade dos beneficiários; parcelamento de Prestação de Pena Pecuniária³; análises e pedidos de indultos; esclarecimentos de dúvidas; distribuição e respostas de intimações; dentre outras demandas que surgem no processo de trabalho.

O setor de Serviço Social contribui por meio do atendimento e encaminhamento das necessidades básicas dos beneficiários, seja por meio do agendamento para 2º via de documentos roubados ou perdidos, tais como: Certidão de nascimento/casamento, RG e Carteira de Trabalho; visitas domiciliares conforme solicitação judicial; encaminhamentos para Centro de Referência de Assistência Social do Município (CRAS) e orientações relacionadas ao exercício da cidadania e, sobretudo, a reinserção dos sujeitos na sociedade.

O setor da Psicologia promove os acompanhamentos psicossociais, os atendimentos específicos conforme a demanda que surge, além de dirigir e executar o Programa SAIBA, destinado à usuários de entorpecentes, baseado na redução de danos, como também o Programa BASTA, que consiste em um grupo reflexivo designado a autores de violência doméstica, condenados pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/06).

O setor da Administração é composto por apenas uma graduanda do curso, que é responsável por auxiliar a equipe do DEPEN nos cadastros de beneficiários que iniciam o cumprimento no regime aberto e no arquivamento de prontuários quando necessário, bem como o controle de folhas-ponto e recibos dos bolsistas do projeto em questão.

O setor de Pedagogia desempenha ações voltadas à orientação educacional e capacitação profissional a egressos, beneficiários e seus respectivos familiares, com a possibilidade de poderem ser inseridos nas políticas públicas de educação e trabalho. Destaca-se, dentre as ações do setor da Pedagogia no Patronato, a execução da Medida Educativa, a qual é realizada apenas por este setor. A Medida Educativa diz respeito a uma pena hora no qual o indivíduo recebe uma quantidade de horas específicas para ser cumprida com a participação em cursos de capacitação profissional ou técnico, o retorno ou a continuidade dos estudos pela educação de

³ Consiste em pagamento em dinheiro, com o valor definido pelo Juiz(a), aplicada geralmente em sentenças inferiores a quatro anos de reclusão.

Jovens e Adultos – EJA ou a realização de resumos manuscritos sobre obras literárias brasileiras escolhido pelo mesmo, sendo esta condição não atribuída quantidades de horas específicas, mas sim a obrigatoriedade de apresentar o manuscrito ao Patronato Penitenciário de Londrina.

Com a presença do Projeto de Extensão para o setor da Pedagogia, agregou-se novas práticas até então inativas na instituição, contribuindo com avanços significativos quanto aos serviços prestados para a comunidade, tais como:

- Elaboração de currículos que tem como objetivo o auxílio para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho e a possibilidade de prestar um atendimento àqueles que não possuem o acesso ao computador ou até mesmo o domínio da ferramenta tecnológica;

- Ofertas de cursos que ampliou-se por meio de visitas às instituições como forma de buscar formalizar novas parcerias cujo objetivo está em aumentar o quadro de ofertas em cursos de capacitação, técnico e profissionalizante, como forma de auxiliar no cumprimento da Medida Educativa e na formação profissional.

- Divulgação de vagas de emprego: consolidação de parcerias com empresas trabalhistas com a divulgação semanal das vagas de empregos disponíveis;

- Emissão de certificados: houve uma ampliação do processo de certificação dos cursos ofertados no Patronato por voluntários, sendo registrados na própria unidade, o que resultou na diminuição do tempo de aguardo do certificado aos participantes dos cursos ofertados;

- Análises do cumprimento da Medida Educativa: com a entrada do projeto, ampliou-se o processo de execução e fiscalização do cumprimento desta medida pelo setor da Pedagogia, possibilitando uma maior interação atualizada com o juizado responsável;

- Emissão de ofícios: foi expandida a fiscalização do cumprimento ou não da Medida Educativa, assim, por meio deste documento, é informado ao juizado a situação de cada indivíduo acerca do cumprimento da pena (cumprindo, descumprindo ou aguardando declaração/certificado);

- Estágios: houve a possibilidade do setor pedagógico receber e acompanhar os alunos(as) do 5º ano de Pedagogia da UEL em seus estágios obrigatórios, conhecidos como: Estágios Supervisionados em gestão da educação não-formal;

- Ofertas de cursos: são inseridas novas formas de ofertar cursos pela instituição, tal como pela forma de palestras e workshops gratuitos, bem como a disponibilidade de material EAD através de apostilas e/ou cursos online, no qual o beneficiário pode fazer em sua residência ou usufruir do laboratório de informática da unidade;

- Encaminhamentos: aumento do número de encaminhamentos para as escolas que ofertam a modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA;

- Solicitação de Histórico Escolar: constante aumento pela busca dos históricos escolares nas instituições que os sujeitos ali presentes cursaram;

- Trabalhos acadêmicos: considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o setor da pedagogia compreende a pesquisa enquanto um

dos pilares da extensão, a entrada do projeto ampliou as discussões no espaço, o que possibilitou em um aumento nas publicações acadêmicas e a divulgação do setor da Pedagogia e do espaço do Patronato em eventos obrigatórios da extensão e em eventos de áreas afins, além de trabalhos de conclusão de curso desenvolvido por bolsistas graduandos;

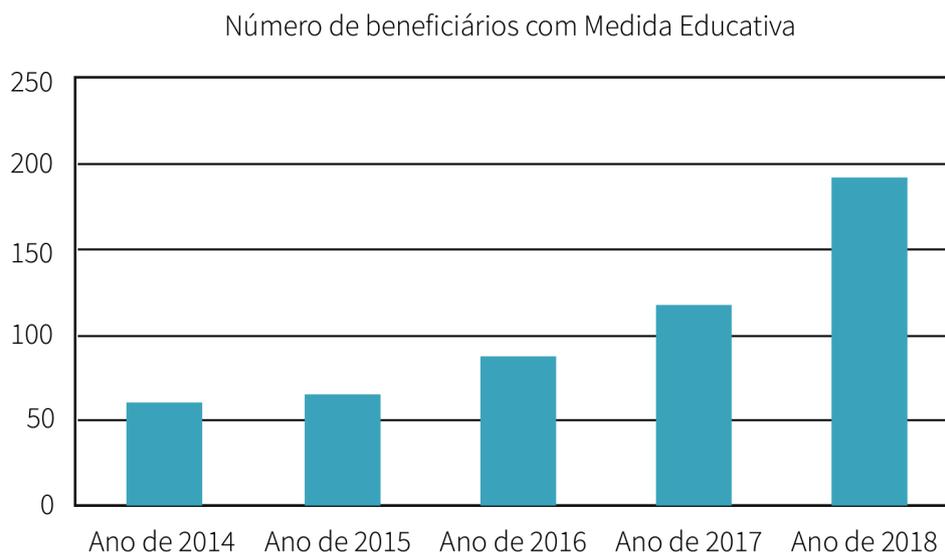
- Grupo de estudos: o setor da Pedagogia realiza mensalmente discussões pertinentes, juntamente ao orientador da área. Sobre a área da Pedagogia é possível afirmar que o grupo tem discutido temas pertinentes a realidade que os cerca, como forma de criar espaço para diálogos e reflexões sobre a realidade vivenciada;

- Atendimento ao público: anteriormente à entrada do projeto, havia uma única Pedagoga responsável por todos os atendimentos pertinentes ao setor, contudo, com a entrada de mais quatro novos integrantes, a oferta do atendimento foi ampliada, possibilitando a otimização do tempo de fiscalização e execução do atendimento aos indivíduos;

- A condição da Medida Educativa que chega ao Patronato para cada indivíduo é executada e fiscalizada exclusivamente pelo setor da Pedagogia, realizando orientações e encaminhamentos para cada tipo de Medida Educativa, seja pela via da educação formal (Educação de Jovens e Adultos - EJA), de cursos de capacitação profissional ou técnico e o resumo de obras literárias. A fiscalização ocorre por meio de ofícios ao juiz(a), constando informações de cada sujeito e sua situação no cumprimento da Medida Educativa.

Desde a entrada do projeto para atuar no Patronato Penitenciário de Londrina, foram levantados dados referentes ao número de beneficiários que apresentavam a Medida Educativa como condição da pena a cumprir.

Gráfico 1 - Dados levantados no Patronato Penitenciário de Londrina no período de 2014 à 2018. Elaborado com base nos dados coletados no Patronato Penitenciário de Londrina.



Conforme os dados apresentados verifica-se que em quatro anos houve um aumento significativo no número de sujeitos que foram direcionados ao Patronato tendo a Medida Educativa como condição penal. No decorrer dos quatro anos de atuação do projeto na unidade, cerca de 180⁴ sujeitos concluíram integralmente a sua Medida Educativa, pela participação em cursos, estudo formal e leitura de obras literárias. Acredita-se que devido ao alto índice de baixa escolaridade presente na população atendida pelo Patronato, o número de sujeitos que foram designados a cumprir a Medida Educativa aumentou em decorrência deste fato. Assim demonstrado no quadro a seguir:

Nível de Escolaridade	Beneficiários
Analfabeto	27
Alfabetizado	52
Ensino Fundamental Completo	254
Ensino Fundamental Incompleto	919
Ensino Médio Completo	351
Ensino Médio Incompleto	402
Ensino Superior	135

Tabela 2 - Nível de escolaridade dos Beneficiários com base nos dados levantados no Patronato Penitenciário de Londrina no mês de julho de 2018. Quadro elaborado pelas autoras, com base nos dados coletados no Patronato Penitenciário de Londrina.

Observa-se o distanciamento dos beneficiários em acessar as políticas públicas de educação e trabalho antes mesmo do conflito com a lei e agrava-se após a condição de apenado sendo que, em diversos casos de evasão escolar, esta se justifica em função da necessidade do trabalho informal, sendo esta, muitas vezes, sua única alternativa para afastar-se do desemprego.

Desde do último levantamento realizado na unidade, o número de beneficiários atendidos soma um total de 2105⁵ prontuários ativos, contemplando inú-

4 Número obtido com base nos ofícios de conclusão da Medida Educativa realizados pelo setor da Pedagogia de 2014 a 2018.

5 Os dados foram levantados no Sistema Informatizado de Beneficiários do Patronato Penitenciário de Londrina (SISPAT) em 16 de julho de 2018.

meros perfis e a diversidade. Dentre o conjunto de sujeitos atendidos, a faixa etária se concentra em adultos entre 30 a 59 anos, no que se refere aos jovens, somam 816 e idosos são apenas 54.

Através dos dados levantados, percebe-se a contradição em torno da faixa etária dos sujeitos que cumprem as penas e medidas alternativas na unidade. O nível de escolaridade dos beneficiários não acompanha a idade escolar prevista após Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 4, parágrafo I que diz: *Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade. BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 1996).*

Verifica-se que a maioria são adultos, e totalizam 1252 beneficiários que não concluíram o Ensino Fundamental II. No entanto, a garantia de cursar a educação básica fora da idade recomendada também é garantida por lei. Aplicada através da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. BRASIL. Lei nº 13.632, de 6 DE MARÇO de 2018.

Se faz necessário notar a relevância da educação formal para constituição do sujeito e efetivação do indivíduo-beneficiário estar ativo socialmente. Na ótica planejada e aplicada no respectivo projeto, percebe-se a necessidade de uma devida atenção às especificidades dos sujeitos nos seus processos de escolarização, enquanto um passo primordial para no sentido de buscar a reinserção social do sujeito apenado e garantir o direito à educação, tão propalado enquanto discurso e tão pouco efetivado enquanto prática.

DISCUSSÃO/CONCLUSÕES

Ao realizar uma análise acerca da efetivação do projeto extensionista trabalhado ao longo dos anos, conforme exposto, percebe-se que a instituição Patronato Penitenciário de Londrina alcançou um desenvolvimento significativo da oferta de suas ações no espaço, sendo que a presença de um Projeto de Extensão possibilitou a esta unidade novos diálogos e olhares quanto às possibilidades de propor melhores atendimentos e a busca por novas formas de inserções mais concretas na sociedade.

Por mais que a instituição tenha sido beneficiada com a entrada do Projeto de Extensão, há algumas lacunas e contradições quanto a realidade deste cenário. Dentre as limitações e avanços do projeto pode-se citar: as atribuições dos bolsistas, visto que os mesmos assumiram muitas funções enquanto um projeto extensionista, limitando-se a funções técnicas e administrativas pertinentes a rotina da instituição, visto o não entendimento do projeto enquanto espaço formativo para graduandos e recém-formados promovendo, com isso, um afastamento das ações extensionistas com o campo acadêmico. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao último edital (Edital/2017), o qual apresentou redução

do quadro de participantes do projeto, o que ocasionado acúmulo maior de trabalho para cada setor, situação decorrente também em função do aumento do número de sujeitos atendidos pela instituição.

O projeto tem assumido funções estatais na garantia de promover ações que possibilite o acesso de egressos e beneficiários em políticas sociais, como a educação e o trabalho. A preocupação posta em especial pelo setor da Pedagogia, diz respeito a não compreensão do projeto de extensão enquanto espaço formativo, ou seja, conforme a compreensão da direção do Patronato Penitenciário de Londrina, o projeto está apenas para suprir necessidades de mão de obra da unidade, sendo relegado a um segundo plano, a formação de graduandos e recém-formados. Sabe-se, ao participar da seleção, de que se trata de um edital cujo prazo já vem estabelecido, bem como são estabelecidos valor de bolsa, a não vinculação empregatícia, a ausência de benefícios trabalhistas, a impossibilidade de férias, enfim, a condição de precarização do trabalho em especial a que o recém formado se submete, no entanto, tomar o trabalho como foco e perder de vista a dimensão formativa a que a extensão deveria estar condicionada, é alguma coisa preocupante e para a qual a universidade deverá ter um olhar mais cuidadoso. Outro ponto que traz instabilidade a equipe, diz respeito a descontinuidade das ações do projeto, pois a cada ano há um novo edital com um novo processo seletivo do quadro de participantes da equipe multidisciplinar. É importante ressaltar que:

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (ROCHA, 2007, p.27).

Assim, diante do exposto, pôde-se concluir que a presença deste Projeto de Extensão dentro de uma unidade penal em regime aberto, com o apoio de uma equipe multidisciplinar, com ênfase no setor de Pedagogia, agregou possibilidades tanto para o próprio espaço, bem como aos participantes do projeto. A vivência de um campo de extensão proporciona riqueza de acontecimentos que engrandece o campo acadêmico e formação de cada profissional ao poder vivenciarem situações e aproximar-se da universidade, da realidade social presente em cada espaço onde ocorrem propostas extensionistas.

Mesmo com um intenso trabalho prestado com os beneficiários que cumprem penas e medidas alternativas no Patronato Penitenciário de Londrina, bem como promoção de ações que visam a integração nas políticas públicas e no acesso a direitos e deveres o ingresso dos sujeitos a essas políticas tornam-se planos secundários devido a cominação aos sujeitos em priorizarem o cumprimento da pena e não de modo concreto, a retomada das atividades sociais. As condições das e dos beneficiários não

se reduzem ao cumprimento das penas. É importante compreender que mesmo o regime seja em meio aberto, os sujeitos além de cumprir a decisão judicial necessitam de estabilidade econômica e social por meio de trabalho, educação e moradia.

O Projeto Patronato - Londrina realiza uma tarefa essencial no que se refere a um modelo de execução penal, pensado a partir da realidade concreta dos sujeitos atendidos e a integração com o corpo social acadêmico. O Patronato Penitenciário de Londrina e sua abordagem realizada desde da sua inserção em 2014 até o presente momento, presta atendimentos aos beneficiários tendo em vista um distintivo no formato das ações penais, conferindo às atividades voltadas à reinserção social visando a cidadania, não considerando central o modelo punitivo e excludente do Sistema Penal.

Mesmo destacando todos os benefícios da atuação de um projeto extensionista em uma unidade de execução penal, reforça-se a necessidade da ampliação das equipes multidisciplinares devido ao aumento progressivo do número de beneficiários atendidos. Em 2015 tinha-se 1874 de beneficiários ativos e até o último levantamento realizado em julho de 2018, alcançamos um total de 2105 prontuários ativos, ou seja, o aumento desse número é visível e, portanto, a importância da permanência desse projeto de extensão no Patronato Penitenciário de Londrina, se faz necessária.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013 (BRASIL, 1996). Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12796.htm>. Acesso em: 23 de agosto de 2018.

Arroyo, Miguel G.. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

Depiere, Vanessa Cristina; Hauser, Ester Eliana. Ressocialização x reintegração social do apenado: considerações sobre a função da pena privativa de liberdade no estado democrático de direito. In: SALÃO DO CONHECIMENTO 2015, SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 23, 2015, Ijuí. Anais... Ijuí, 2015. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/viewFile/5391/4568>>. Acesso em: 5 maio 2017.

Martins, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2012.

Nogueira Júnior, Gabriel Ribeiro; Marques, Verônica Teixeira. Reinserção Social: para pensar políticas públicas de proteção aos Direitos Humanos. In: Terezinha de Oliveira Domingos; Lídia Maria Ribas; Helena Elias Pinho. (Org.). Direitos Sociais e Políticas Públicas I. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v. 1, p. 444-465.

Oliveira, Silvana Barbosa de. Pedagogia e a aplicação das medidas alternativas em meio aberto. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 11, SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO - SIRSE, 2, SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE - SIPD/CÁTEDRA UNESCO, 4. 2013 Curitiba. Anais... Curitiba, 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8347_6376.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2017.

Palma, Arnaldo de Castro; Rogério, Ivonete; Neves, Lair Celeste Dias. A questão penitenciária e a letra morta da lei. Curitiba: JM Editora, 1997.

Peroni, Vera Maria Vidal. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. Currículo Sem Fronteiras, [s.l.], v. 13, n.2, p. 234-255, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/peroni.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

Rocha, Leliane Aparecida Castro. Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras, Mogi das Cruzes: UBC, 2007. 84 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Braz Cubas. Programa de Pós-Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação. Mogi das Cruzes – SP. Disponível em:<http://www.usjt.br/proex/produtos_academicos/leliane_rocha.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

Viriato, Edaguimar Orquiza. Estado, Política Educacional e o Terceiro Setor. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO,1. 2004, Maringá. Anais... Maringá, 2004.

Conforme o Edital PROEX 180/2017, o Programa de Extensão “Universidade Sem Fronteiras” – USF/SETI é custeado com recursos do Fundo Paraná e da SETI, por meio das respectivas dotações orçamentárias e o presente subprograma poderá contar também com recursos da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP.